

São Francisco Sistema de Saúde S/E Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	13

Relatório da Administração – São Francisco Sistema de Saúde S/E Ltda.

Estamos imensamente gratos por, nestes tempos desafiadores, termos sido capazes de fornecer aos nossos beneficiários, espalhados nas cinco regiões do Brasil, todo o acolhimento e cuidado que precisaram para atravessar a pandemia em um período de grande incerteza, ao mesmo tempo em que continuamos a construir nosso negócio. O ano de 2020 foi extremamente difícil, com perdas irreparáveis para muitas famílias. Agradecemos aos milhões de brasileiros que confiam no nosso trabalho para receberem seus cuidados médicos e odontológicos.

Ao longo de 2020 a São Francisco Sistemas de Saúde Ltda. se consolida como uma das principais operadoras de planos de saúde do Brasil, pertencendo a um dos mais importantes grupos empresariais do mercado nacional de saúde que é o Grupo Hapvida. Com sede em Ribeirão Preto (SP), a Operadora atua majoritariamente no sudeste do país, possuindo uma importante rede de hospitais, clínicas e unidades de diagnóstico que operam em um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A cultura da Operadora valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial

Capacidade Financeira

A Operadora finaliza o ano de 2020 com R\$ 384,7 milhões em caixa sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras distribuído entre certificado de depósitos bancários, fundos de investimento de renda fixa e operações compromissadas. A Operadora possui ferramentas gerenciais de monitoramento do fluxo de caixa que suporta a tomada de decisões da administração e, através das quais, obtém a segurança necessária para garantir sua plena capacidade de manter a solidez na gestão do caixa, não havendo qualquer indicativo de alavancagem financeira que elevasse o nível de endividamento para o próximo exercício ou intenção de emissão de títulos de dívida patrimonial.

Performance do resultado, investimentos e perspectivas futuras

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a contraprestação efetiva da Empresa cresceu 12,2% atingindo a marca de R\$ 1.725,3 milhões, apresentando crescimento superior ao incremento dos eventos indenizáveis líquidos que apresentou redução de 9,4% quando comparado a 2019.

Desta forma, o resultado das operações de planos de assistência à saúde apresentou um forte aumento em relação às contraprestações efetivas entre os dois exercícios, como consequência principalmente de: (i) aumento na eficiência operacional, por meio da implantação de protocolos, investimento em estruturas próprias que elevaram o índice de internalização de procedimentos antes feitos em rede credenciada, renegociações com parceiros na cadeia de suprimentos, entre outras iniciativas; e (ii) redução dos eventos em 2020 relacionados à realização de procedimentos eletivos que ficaram suspensos durante alguns meses, nos termos da regulação aplicável, em função da priorização de utilização da rede para os atendimentos relacionados à pandemia de Covid-19.

As despesas comerciais não apresentaram aumento de representatividade em relação às contraprestações efetivas entre os períodos, mas observamos redução importante nas despesas administrativas em função, principalmente, da ocorrência em 2019 de gastos que não se repetiram em 2020 relacionados ao programa de incentivos de executivos e que resultaram numa redução de 26,9% nesta rubrica.

O lucro líquido da Operadora atingiu o patamar de R\$ 214,7 milhões com margem líquida de 12,4% em 2020, enquanto em 2019 ocorreu prejuízo resultante da elevação de despesas administrativas mencionadas no parágrafo anterior. Os resultados financeiros e patrimoniais líquidos não foram relevantes em nenhum dos exercícios

Considerando a retomada de bons resultados em 2020, mesmo com os enormes desafios impostos pelo cenário da pandemia, a administração segue bastante otimista em relação às oportunidades existentes dentro de seu planejamento estratégico, o qual vem sendo seguido com rigor e disciplina com o objetivo de manter boa performance financeira e operacional de forma equilibrada e sustentável.

Política de destinação de lucros

A Operadora destina seus resultados com base no que consta disposto em seus documentos constitutivos, respeitando a legislação societária vigente e aplicável. Excepcionalmente no exercício de 2020, os sócios quotistas decidiram pela não retirada de lucros, optando pela destinação dos resultados integralmente para constituição de reservas de lucros

Outros assuntos

Não ocorreram em 2020 reorganizações societárias relevantes, exceto pela constituição da sociedade São Francisco Rede Assistencial Ltda., controlada direta da Operadora, que passou a operar como unidades de rede própria com atividades hospitalares em municípios de Ribeirão Preto (SP) e Araraquara (SP). O grupo econômico a quem pertence o controle da Operadora estuda a viabilidade de realizar em 2021 movimentações societárias envolvendo as operadoras de planos de saúde que estão sob seu controle, que serão previamente submetidas à aprovação da ANS, que objetivam a consolidação de todas as potenciais sinergias de integração operacional entre elas, em função da complementaridade geográfica e do alto grau de similaridade no modelo de negócio com que operam, tendo como propósito maior elevar ainda mais o nível de serviço entregue aos beneficiários.

Considerações finais

A Operadora entende que a situação causada pela atual pandemia do coronavírus no Brasil e no Mundo requer especial atenção nos próximos meses. A Empresa, como parte de um Grupo de negócios prioritariamente verticalizado, conta com uma rede com ampla estrutura hospitalar com totais condições de atender aos pacientes com síndromes virais de qualquer natureza, pois há leitos disponíveis, equipes treinadas, protocolos atualizados e equipamentos de última geração.

A Operadora, e o Grupo Hapvida do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A vigilância e o monitoramento dos possíveis impactos do Covid-19 na economia brasileira serão contínuos e a Empresa atuará de forma proativa para mitigar os efeitos negativos causados pelo alastramento do vírus no país.

A administração da Operadora reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2020 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos

Cotistas e aos Administradores da

São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Francisco Sistema de Saúde S/E Ltda. (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Operadora em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Operadora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Valores Correspondentes

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2020 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2.5, foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 30 de abril de 2020, sem qualquer modificação. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar

quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Operadora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de Março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Erika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponível		1.970	1.321	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12		
Realizável				Provisão de prêmios / contraprestações		31.220	28.023
Aplicações financeiras	6			Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNC		30.683	27.499
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		128.147	126.610	Provisão para remissão		537	524
Aplicações livres		229.416	90.673	Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS		41.510	35.663
		357.563	217.283	Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		30.523	22.816
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7			Provisão para eventos / sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		65.560	66.331
Contraprestações pecuniárias a receber		57.567	67.301			168.813	152.833
Outros créditos com operações de assistência à saúde		24.533	-	Débitos de operações de assistência à saúde			
		82.100	67.301	Comercialização sobre operações		62	442
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		3.463	15.752	Operadoras de planos de assistência à saúde		426	3.107
Créditos tributários e previdenciários		39.658	34.038			488	3.549
Bens e títulos a receber		45.640	39.121	Débitos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		1.529	3.745
Despesas antecipadas		221	402	Tributos e encargos sociais a recolher	13	27.020	40.558
Total do ativo circulante		530.615	375.218	Empréstimos e financiamentos a pagar		1.513	1.300
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Débitos diversos	14	81.660	112.368
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		281.023	314.353
Aplicações financeiras	6	25.133	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicações livres		25.133	-	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12		
Ativo fiscal diferido	22	27.703	48.415	Provisão para remissão		948	841
Depósitos judiciais e fiscais	16	21.542	11.224	Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS		18.212	18.669
Outros créditos a receber a longo prazo		39	38			19.160	19.510
		49.284	59.677	Provisões			
Investimentos				Provisões para tributos diferidos	22	8.273	8.904
Participações societárias pelo método da equivalência patrimonial				Provisões para ações judiciais	16	57.118	60.981
Participações societárias em rede assistencial	11	100.085	18.762			65.391	69.885
Imobilizado	8	164.156	235.353	Tributos e encargos sociais a recolher			
Imóveis de uso próprio		35.141	56.979	Parcelamento de tributos e contribuições	13	2.102	2.857
Imóveis - hospitalares / odontológicos		25.574	47.234			2.102	2.857
Imóveis - não hospitalares / odontológicos		9.567	9.745	Empréstimos e financiamentos a pagar		-	3.361
Imobilizado de uso próprio		47.022	54.816	Débitos diversos	14	9.962	10.621
Imobilizado - hospitalares / odontológicos		22.851	26.479	Total do passivo não circulante		96.615	106.234
Imobilizado - não Hospitalares / odontológicos		24.171	28.337	Patrimônio líquido	17		
Imobilizações em curso		5.941	65.049	Capital social		348.792	343.792
Outras imobilizações		76.052	58.509	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	5.000
Intangível	9	133.775	142.260	Reservas		277.068	62.341
				Reservas de lucros		277.068	62.341
Total do ativo não circulante		472.433	456.052	(-) Cotas em tesouraria		(450)	(450)
						625.410	410.683
TOTAL DO ATIVO		1.003.048	831.270	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.003.048	831.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestações efetivas	18	1.725.280	1.537.828
Receitas com operações de assistência a saúde		1.774.498	1.570.225
Contraprestações líquidas		1.774.618	1.568.929
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(120)	1.296
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(49.218)	(32.397)
Eventos indenizáveis líquidos	19	(1.060.818)	(1.170.710)
Eventos conhecidos ou avisados		(1.061.589)	(1.151.954)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		771	(18.756)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE		<u>664.462</u>	<u>367.118</u>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		3.370	3.231
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		60.472	66.521
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		60.357	66.270
Outras receitas operacionais		115	251
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.388)	(1.224)
Outras despesas operacionais com planos de assistência a saúde		(31.567)	(23.704)
Outras despesas de operações de planos com assistência à saúde		(7.629)	(3.296)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		-	(1.447)
Provisão para perdas sobre créditos		(23.938)	(18.961)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(47.461)	(55.300)
RESULTADO BRUTO		<u>647.888</u>	<u>356.642</u>
Despesas de comercialização		(26.421)	(19.983)
Despesas administrativas	20	(308.894)	(422.789)
Resultado financeiro líquido	21		
Receitas financeiras		20.359	17.889
Despesas financeiras		(14.424)	(11.022)
		5.935	6.867
Resultado patrimonial			
Receitas patrimoniais		14.600	28.587
Despesas patrimoniais		(13.773)	(1.276)
		827	27.311
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>319.335</u>	<u>(51.952)</u>
Imposto de renda	22	(61.744)	-
Contribuição social	22	(22.783)	-
Impostos diferidos	22	(20.081)	32.940
RESULTADO LÍQUIDO		<u>214.727</u>	<u>(19.012)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado líquido do exercício	<u>214.727</u>	<u>(19.012)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>214.727</u></u>	<u><u>(19.012)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Cotas em Tesouraria	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		159.552	(450)	-	106.254	265.356
Aumento de capital social com lucros e reservas e em espécie		184.240	-	5.000	-	189.240
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(19.012)	(19.012)
Proposta da destinação do lucro / superávit						
Distribuição de lucros de exercícios anteriores R\$ 0,03 por cota		-	-	-	(10.511)	(10.511)
Juros sobre o capital próprio R\$ 0,04 por cota		-	-	-	(14.390)	(14.390)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		343.792	(450)	5.000	62.341	410.683
Aumento de capital social com lucros e reservas e em espécie	17	5.000	-	(5.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	214.727	214.727
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		348.792	(450)	-	277.068	625.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		Reapresentado
Atividades operacionais		
Recebimentos de plano saúde (+)	1.760.805	1.713.302
Resgate de aplicações financeiras (+)	1.267.139	1.458.241
Outros recebimentos operacionais (+)	75.617	265.072
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviço de saúde (-)	(1.138.206)	(1.243.929)
Pagamentos de comissões (-)	(26.801)	(18.769)
Pagamentos de pessoal (-)	(158.106)	(245.636)
Pagamentos de pró-labore (-)	(29)	-
Pagamentos de serviços terceiros (-)	(57.181)	(123.298)
Pagamentos de tributos (-)	(156.363)	(170.015)
Pagamentos de aluguel (-)	(13.073)	(15.819)
Pagamentos de promoção/publicidade (-)	-	(7.664)
Aplicações financeiras (-)	(1.426.417)	(1.514.583)
Outros pagamentos operacionais (-)	(79.030)	(168.783)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>48.354</u>	<u>(71.881)</u>
Atividades de investimentos		
Recebimentos de dividendos (+)	9.150	7.973
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar (-)	(5.723)	-
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros (-)	(14.879)	(52.958)
Pagamentos relativos ao ativo intangível (-)	(7.125)	-
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas (-)	(25.980)	(39.480)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(44.557)</u>	<u>(84.465)</u>
Atividades de financiamento		
Integralização capital em dinheiro (+)	-	189.240
Pagamentos de juros - empréstimos/financiamentos/leasing (-)	(122)	(10.168)
Pagamentos de amortização de empréstimos/financiamentos/leasing (-)	(3.026)	-
Pagamentos de participação nos resultados (-)	-	(10.513)
Outros pagamentos das atividades de financiamento (-)	-	(14.390)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(3.148)</u>	<u>154.169</u>
Variação líquida do caixa	<u>649</u>	<u>(2.177)</u>
Caixa - Saldo inicial	1.321	3.498
Caixa - Saldo final	<u>1.970</u>	<u>1.321</u>
	649	(2.177)
Ativos livres no início do período	91.994	47.679
Ativos livres no final do período	<u>256.519</u>	<u>91.994</u>
Aumento dos ativos livres	<u>164.525</u>	<u>44.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. (“Operadora”), sediada em Ribeirão Preto -SP, tem como objetivo a administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas e planos de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais a seus beneficiários; o atendimento médico ambulatorial; e a organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação.

A Operadora atende às exigências da Lei n 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 30.209-1.

Em 1º de novembro de 2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas em contrato, a Operadora passou a ser subsidiária do Grupo Hapvida, por meio da empresa Ultrassom Serviços Médicos S.A., cujo controle pertence à Hapvida Participações e Investimentos S.A., Companhia holding domiciliada e com sede na Avenida Heráclito Graça, nº 406, na cidade de Fortaleza-CE, com registro de empresa de capital aberto.

A Hapvida Participações e Investimentos S.A. é controlada direta da holding PPAR Pinheiro Participações S.A.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3), a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Operadora, por atender todos requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador indireto (Hapvida Participações e Investimentos S.A.), entidade domiciliada no Brasil, que foram divulgadas em 18 de março de 2021, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

(BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 31 de março de 2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Segregação entre circulante e não circulante

A Operadora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 12 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; e

Nota Explicativa nº 16 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(b) Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 8 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do exercício.

Nota Explicativa nº 9 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.

Nota Explicativa nº 12 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.

Nota Explicativa nº 16 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões: e premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

Nota Explicativa nº 22 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Operadora requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Operadora estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo valores justos que são reportados diretamente ao CFO, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças e Mercado de Capitais..

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.5 Reapresentação das demonstrações financeiras

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2019	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2019
Resgate de aplicações financeiras (+)	-	1.458.241	(i)	1.458.241
Aplicações financeiras (-)	(9.849)	(1.504.734)	(i)	(1.514.583)
Outras movimentações de atividades operacionais	(15.539)	-		(15.539)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(25.388)	(46.493)		(71.881)
Atividades de investimentos	(84.465)	-		(84.465)
Atividades de financiamento	154.169	-		154.169
		-		
Varição líquida do caixa	<u>44.316</u>	<u>(46.493)</u>		<u>(2.177)</u>
Caixa - Saldo inicial	47.679	(44.181)	(i)	3.498
Caixa - Saldo final	<u>91.994</u>	<u>(90.673)</u>	(i)	<u>1.321</u>
	44.316	(46.493)		(2.177)
Ativos livres no início do período	47.679	-		47.679
Ativos livres no final do período	91.994	-		91.994
Aumento dos ativos livres	<u>44.316</u>	<u>-</u>		<u>44.316</u>

- (i) A demonstração originalmente apresentada não contemplava as movimentações de aplicações livres que estavam computadas juntamente com o saldo do caixa no cálculo da variação líquida do caixa no exercício. Desse modo, as rubricas de “aplicações financeiras e resgates das aplicações financeiras” estavam com informação incompleta e estão agora apresentadas com a totalidade das movimentações das respectivas naturezas ocorridas durante o exercício.

Os ajustes acima informados não geraram qualquer efeito sobre o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício, a demonstração de resultados abrangentes e a demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

A Operadora classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurado pelo valor justo meio do resultado, e ativos mantidos até o vencimento e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Operadora reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos na data da negociação quando a Operadora se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Operadora transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Operadora movimenta os recursos diários originados na própria operação, não sendo

necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a Operadora gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Operadora possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras individuais. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Os planos individuais com preço preestabelecido, foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Para os demais contratos e créditos da Operadora, foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Operadora se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Operadora são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar.

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Operadora em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Operadora, direta ou indiretamente, tenha influência significativa. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Nas demonstrações financeiras individuais, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

(d) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Operadora e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para as respectivas unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação, quando aplicável.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização do ativo intangível é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

(e) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo montante do pagamento esperado caso a Operadora tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(f) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Operadora tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar (PEL) é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente, conforme estiver definido nos contratos com prestadores.

A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde (SUS) é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios dos planos de saúde, representando o valor cobrado pela Operadora, proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

(g) Receita com operações de assistência à saúde

Relacionadas com planos de saúde da operadora

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Essas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata* dia, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

Não relacionadas com planos de saúde da operadora

Nos contratos em que há prestação de serviço não relacionados a planos de saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, e mensurada a valor justo da contraprestação deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela entidade ao contratante.

(h) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, variações positivas do valor justo de ativos financeiros mensurados por seu valor justo por meio do resultado, atualizações financeiras sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas bancárias, atualização monetária de passivos mensurados ao custo amortizado, e descontos concedidos ao cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não foram aprovadas pela ANS e/ou não estão em vigor para o exercício de 2020. A Operadora não adotou essas novas normas e interpretações nessas demonstrações financeiras e avaliará os impactos de suas adoções somente se a ANS aprovar as suas aplicações para as entidades reguladas. São elas:

CPC 06 (R2) - Leases (Arrendamentos)

A CPC 06 (R2) substitui às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- (a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).

- (b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

A IFRS 17 (CPC 50) introduz um novo modelo de mensuração para contratos de seguros. Ela estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que as entidades ofereçam informação relevante de maneira confiável que represente esses contratos. O padrão será adotado a partir do exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração do Grupo Hapvida está em fase de análise dos impactos da adoção da IFRS 17 na São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. e demais operadoras de Saúde do Grupo.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – ICPC 22 (IFRIC 23)

A nova interpretação, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 –Income Taxes, quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos

A Operadora avaliou a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tratamento fiscal de tributos sobre o lucro considerados como incertos e concluiu que não há impactos do IFRIC 23, dado que os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento dos tributos sobre o lucro refletem a aplicação das normas tributárias, bem como uma interpretação adequada considerando decisões e precedentes administrativos e judiciais.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2020, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Operadora. A Operadora decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Resolução Normativa (RN) nº 442/2018

Esta Resolução altera a RN nº 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2021, principalmente pela:

- i) Constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 29.093 calculada e disponibilizada pelo órgão regulador em seu portal oficial na internet, a ser constituída em 24 parcelas.
- ii) Constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio (PIC). A Companhia não identificou insuficiência que leve a necessidade de constituição de provisão.

6 Aplicações financeiras

	Vencimento	Remuneração média	2020	2019
Certificados de Depósitos Bancários (a)	03/2021 a 11/2025	98,67% CDI	87.820	45.212
Fundo de investimento de renda fixa - Aplicações vinculadas (b)	Sem vencimento	105,63% CDI	128.147	126.610
Fundos de investimento - Aplicações livres (c)	Sem vencimento	113,41% a 145,38% CDI	165.618	45.095
Operação compromissada	Sem vencimento		-	349
Outras aplicações	Sem vencimento		1.111	17
Total			382.696	217.283
Circulante			357.563	217.283
Não circulante			25.133	-

- (a) Aplicações financeiras não vinculadas às provisões técnicas, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são remunerados à taxa média mensal de 98,67% do CDI (65% a 101,2% em 31 de dezembro de 2019) com vencimentos entre março de 2021 e novembro de 2025.
- (b) Fundo de investimento de renda fixa - Ativos Garantidores são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12. Seus rendimentos foram remunerados à taxa média mensal de 105,63% do CDI (98,83% 31 de dezembro de 2019).
- (c) Composto por duas modalidades de fundos, conforme segue:
 1. Fundos de investimento de renda fixa não exclusivos, os quais possuem a maioria de seus investimentos em títulos públicos, com rentabilidade média mensal de 113,41% do CDI (101,36% do CDI em 2019). Essas aplicações não possuem vencimento definido.

2. Fundos de investimento exclusivo no Banco Santander, esse fundo aplica seus recursos em cotas de outros fundos administrados pelos bancos gestores. As políticas de investimentos dos fundos exclusivos determinam a concentração dos recursos em ativos financeiros com baixo risco de crédito (classificação ANBIMA). A rentabilidade média desses fundos ao longo do ano variou entre 145,38% do CDI. (103% do CDI em 2019 – fundo exclusivo Itaú)

7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da Operadora, conforme segue:

	2020	2019
Planos médico-hospitalares		
<u>Contraprestações pecuniárias a receber</u>		
Planos coletivos (a)	90.509	90.437
Planos individuais (b)	67.938	54.531
	<u>158.447</u>	<u>144.968</u>
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(100.879)	(77.667)
Subtotal	<u>57.568</u>	<u>67.301</u>
<u>Outros créditos com operações de assistência à saúde</u>		
Reajustes suspensos 2020 (c)	25.089	-
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(557)	-
Subtotal	<u>24.532</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>82.100</u></u>	<u><u>67.301</u></u>

(a) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas jurídicas.

(b) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas físicas.

(c) Valor decorrente da recomposição do reajuste sobre mensalidade dos planos de saúde, cujas cobranças que ficaram suspensas durante o período da Pandemia do COVID-19, conforme Comunicado ANS nº 85/2020, sendo admitida sua cobrança aos beneficiários a partir de janeiro de 2021.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2020	2019
A vencer	67.322	37.696
Vencidos		
Até 30 dias	15.736	23.705
De 31 a 60 dias	6.553	10.929
De 61 a 90 dias	3.240	3.609
De 91 a 120 dias	91.044	69.029
Total	<u><u>183.536</u></u>	<u><u>144.968</u></u>

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável das contas a receber foi como segue:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	(77.667)	(55.730)
Constituições líquidas	(23.938)	(22.327)
Reversões e baixas, líquidas	169	390
Saldos no final do exercício	<u><u>(101.436)</u></u>	<u><u>(77.667)</u></u>

8 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2020	Líquido 2019
Imóveis de uso próprio		45.976	(10.835)	35.141	56.979
Hospitalares / odontológicos		35.886	(10.312)	25.574	47.234
Edificações	4%	26.306	(10.312)	15.994	37.653
Terrenos	-	9.580	-	9.580	9.581
Não hospitalares / odontológicos		10.090	(523)	9.567	9.745
Edificações	4%	5.029	(523)	4.506	4.684
Terrenos	-	5.061	-	5.061	5.061
Imobilizado de uso próprio		107.390	(60.368)	47.022	54.816
Hospitalares / odontológicos		53.518	(30.667)	22.851	26.479
Equipamentos de informática	20%	3.116	(2.828)	288	496
Máquinas e equipamentos	10%	44.234	(23.680)	20.554	23.327
Móveis e utensílios	10%	5.885	(3.881)	2.004	2.636
Veículos	20%	283	(278)	5	20
Não hospitalares / odontológicos		53.872	(29.701)	24.171	28.337
Equipamentos de informática	20%	27.593	(15.778)	11.815	12.042
Instalações	10%	2.564	(1.422)	1.142	1.570
Máquinas e equipamentos	10%	14.709	(6.786)	7.923	11.143
Móveis e utensílios	10%	8.123	(5.034)	3.089	3.278
Veículos	20%	883	(681)	202	304
Imobilizações em curso		5.941	-	5.941	65.049
Hospitalares / odontológicos		35	-	35	39.141
Não hospitalares / odontológicos		5.906	-	5.906	25908
Outras imobilizações		115.666	(39.614)	76.052	58.509
Hospitalares / odontológicos		32.387	(1.994)	30.393	2.792
Benfeitorias imóveis de terceiros	20%	32.387	(1.994)	30.393	2.792
Não hospitalares / odontológicos		83.279	(37.620)	45.659	55.717
Benfeitorias imóveis de terceiros	20%	83.013	(37.620)	45.393	54.430
Outros	-	266	-	266	1.287
Total		274.973	(110.817)	164.156	235.353

A seguir, demonstramos a movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01/01/2019	Adição	Baixas	Depreciação	Transferência	Aquisições (b)	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixas	Depreciação	Transferência	Outros (c)	Saldo em 31/12/2020
Imóveis de uso próprio	29.800	-	-	(1.583)	7.293	21.469	56.979	42	-	(2.339)	35.394	(54.935)	35.141
Hospitais / odontológicos	24.016	-	-	(1.492)	3.816	20.894	47.234	18	-	(2.138)	35.394	(54.934)	25.574
Edificações	24.016	-	-	(1.492)	81	15.048	37.653	18	-	(2.138)	35.394	(54.933)	15.994
Terrenos	-	-	-	-	3.735	5.846	9.581	-	-	-	-	(1)	9.580
Não hospitalares / odontológicos	5.784	-	-	(91)	3.477	575	9.745	24	-	(201)	-	(1)	9.567
Edificações	1.130	-	-	(91)	3.477	168	4.684	24	-	(201)	-	(1)	4.506
Terrenos	4.654	-	-	-	-	407	5.061	0	-	-	-	-	5.061
Imobilizado de uso próprio	34.877	17.457	(233)	(8.311)	1.277	9.749	54.816	12.155	(509)	(9.977)	-	(9.463)	47.022
Hospitais / odontológicos	13.838	6.208	(36)	(3.108)	1.352	8.225	26.479	6.426	(344)	(4.045)	-	(5.665)	22.851
Equipamentos de informática	214	-	-	(205)	147	340	496	-	-	(209)	-	1	288
Máquinas e equipamentos	12.546	5.502	(36)	(2.603)	1.085	6.833	23.327	6.333	(344)	(3.444)	-	(5.318)	20.554
Móveis e utensílios	1.078	706	-	(295)	120	1.027	2.636	93	-	(379)	-	(346)	2.004
Veículos	-	-	-	(5)	-	25	20	-	-	(13)	-	(2)	5
Não hospitalares / odontológicos	21.039	11.249	(197)	(5.203)	(75)	1.524	28.337	5.729	(165)	(5.932)	-	(3.798)	24.171
Equipamentos de informática	9.091	6.060	(119)	(3.132)	86	56	12.042	4.198	(165)	(3.678)	-	(582)	11.815
Instalações	1.545	271	(15)	(231)	-	-	1.570	22	-	(222)	-	(228)	1.142
Máquinas e equipamentos	7.078	4.294	(10)	(1.291)	(220)	1.292	11.143	972	-	(1.401)	-	(2.791)	7.923
Móveis e utensílios	2.964	624	(2)	(493)	55	130	3.278	537	-	(530)	-	(196)	3.089
Veículos	361	-	(51)	(56)	4	46	304	-	-	(101)	-	(1)	202
Imobilizações em curso (a)	46.438	36.262	(6)	-	(17.982)	337	65.049	9.631	-	-	(61.428)	(7.295)	5.941
Hospitais / odontológicos	29.656	10.967	-	-	(1.818)	336	39.141	598	-	-	(39.339)	(365)	35
Não hospitalares / odontológicos	16.782	25.295	(6)	-	(16.164)	1	25.908	9.033	(16)	-	(22.089)	(6.930)	5.906
Outras imobilizações	21.307	35.452	(906)	(9.108)	9.412	2.352	58.509	93	-	(13.955)	26.034	5.371	76.052
Hospitais / odontológicos	402	-	-	(44)	1.296	1.138	2.792	-	-	(1.008)	5.146	23.463	30.393
Benfeitorias imóveis terceiros	402	-	-	(44)	1.296	1.138	2.792	-	-	(1.008)	5.146	23.463	30.393
Não hospitalares / odontológicos	20.905	35.452	(906)	(9.064)	8.116	1.214	55.717	93	-	(12.947)	20.888	(18.092)	45.659
Benfeitorias imóveis terceiros	20.905	35.379	(906)	(9.064)	8.116	-	54.430	93	-	(12.947)	20.622	(16.805)	45.393
Outros	0	73	-	-	-	1.214	1.287	-	-	-	266	(1.287)	266
Total	132.422	89.171	(1.145)	(19.002)	-	33.907	235.353	21.921	(509)	(26.271)	-	(66.322)	164.156

(a) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se substancialmente a investimentos realizados na expansão da rede de atendimento, aumento do número de prontos atendimentos, clínicas especializadas e prédios administrativos para melhorar e expandir as instalações físicas no atendimento dos conveniados da Operadora.

(b) Saldos referentes às aquisições das sociedades São Lucas Lins e Hospital Regional de Franca.

(c) Essas movimentações referem-se substancialmente à integralização de capital na sociedade São Francisco Rede Assistencial Ltda., conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

9 Intangível

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Carteira de clientes	10%	79.795	(35.652)	44.143	51.690
Softwares	20%	34.472	(14.681)	19.791	17.646
Marcas e patentes	-	28	-	28	28
Mais valia sobre carteira de clientes (a)	8%	25.612	(5.220)	20.392	23.475
Ágio (b)	-	49.421	-	49.421	49.421
Outros	-	2.605	(2.605)	-	-
Total		191.933	(58.158)	133.775	142.260

- (a) Refere-se à mais valia apurada sobre a carteira de clientes da investida São Lucas Lins, transferidas à rubrica de intangível em decorrência da incorporação da investida.
- (b) Trata-se de ágios transferidos à rubrica de intangível em decorrência das incorporações ocorridas em 2019, das investidas São Lucas Lins (R\$ 39.058) e Hospital Regional de Franca (R\$ 10.363).

A seguir, demonstramos a movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2019	Adições	Amortização	Baixa (ii)	31/12/2020
Carteira de clientes	51.690	-	(7.547)	-	44.143
Software	17.646	7.125	(4.942)	(38)	19.791
Marcas e patentes	28	-	-	-	28
Mais valia	23.475	-	(3.083)	-	20.392
Ágio	49.421	-	-	-	49.421
Total	142.260	7.125	(15.572)	(38)	133.775

	01/01/2019	Adições	Amortização	Baixa	31/12/2019
Carteira de clientes (i)	38.540	20.753	(7.603)	-	51.690
Software	11.927	10.817	(4.684)	(414)	17.646
Marcas e patentes	4	24	-	-	28
Mais valia	-	25.612	(2.137)	-	23.475
Ágio	-	49.421	-	-	49.421
Outros	-	2.605	(2.605)	-	-
Total	50.471	109.231	(17.029)	(414)	142.260

- (i) Aquisição de carteira de clientes, no valor de R\$ 20.753, o que representou um acréscimo de 22.483 novas vidas.
- (ii) Essas movimentações referem-se substancialmente à integralização de capital na sociedade São Francisco Rede Assistencial Ltda., conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Ágio

Os saldos de ágio (ativo intangível com vida útil indefinida) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2020 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”), dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Operadora considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Operadora obterá geração de benefício econômico.

Conforme CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) não gera fluxos de caixa independentemente de outros ativos ou grupos de ativos e, frequentemente, contribui para os fluxos de caixa de múltiplas UGCs, devendo ser testado para *impairment* em nível que reflita a forma pela qual a entidade gerencia suas operações e com a qual o ágio estaria naturalmente associado.

Desta forma, a Operadora elaborou um teste de *impairment* considerando o histórico de combinações de negócios, objetivando sinergia de receita ao acessar novos mercados, potencializando a força de marketing e de venda de planos de saúde.

Sendo assim, a Companhia adotou as seguintes premissas no teste de *impairment*:

Premissas

Crescimento do volume (beneficiários)	4,5% a.a.
Taxa de desconto	11,5% a.a.
Taxa de crescimento na perpetuidade	6% a.a.

De acordo com a análise de recuperabilidade elaborada pela administração, a Operadora concluiu que o valor em uso das UGC é superior ao seu respectivo valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia.

A Operadora também considerou variáveis de mercado tais como PIB e Índice geral de preços – IPCA Longo Prazo. O custo foi projetado a partir do último custo realizado adicionado da inflação esperada ao longo do tempo. A parcela do custo que é variabilizada foi ainda escalada conforme o crescimento de vidas. Além disso, a projeção do custo incorporou o resultado esperado de projetos de sinergia já em andamento de empresas adquiridas. Em relação às comissões, a projeção considerou a manutenção do percentual sobre receita líquida realizado por empresa/carteira.

10 Transações com partes relacionadas

A Operadora não possuía saldos em aberto com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As partes relacionadas com que a Operadora teve transações fazem parte do Grupo Hapvida, empresas sob controle e administração comuns e que possuem a mesma estrutura administrativa e operacional.

	Eventos conhecidos ou avisados	Créditos diversos líquidos	Receita de serviço de assistência médica	Débitos diversos
	(a)	(b)	(c)	(d)
Documenta Clínica Radiológica	48.422	947	1.156	-
Laboratório Regional II LTDA.	3.029	-	278	-
Laboratório Regional I LTDA.	224	-	93	-
GSF Adm de bens próprios	-	-	-	8.695
São Francisco Odontologia	20.624	-	428	-
São Francisco Quirinópolis	1.557	-	-	-
São Francisco Resgate	14.984	-	1.160	-
São Francisco Rede Assistencial	14.819	-	901	936
	<u>103.660</u>	<u>947</u>	<u>4.015</u>	<u>9.631</u>
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>103.660</u>	<u>947</u>	<u>4.015</u>	<u>9.631</u>

- (a) Referem-se a custos de atendimento médico/hospitalar de usuários dos planos de saúde Hapvida.
- (b) Referem-se a receitas de aluguel.
- (c) Referem-se a serviços prestados de assistência médica, hospitalar e diagnóstica para empregados das empresas relacionadas acima.
- (d) Referem-se a despesas de aluguel.

11 Investimentos

	GSF Administração de Bens Próprios Ltda.	Laboratório Regional Ltda.	Laboratório Regional I	Laboratório Regional II	Hospital São Francisco Ltda.	Assistência Médica Hospital São Lucas S.A.	SF Rede de Saúde Assistencial Ltda.	Total
Participação total no capital social - %	100,00%	100,00%	1,00%	1,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Capital social	9.336	100	150	1.000	2.400	17.500	81.046	
Quantidade de cotas detidas - mil	9.336	100	150	1.000	2.400	17.500	81.046	
Ativos circulantes e não circulantes	10.761	5.249	936	5.658	3.024	-	94.855	
Passivo circulante e não circulantes	258	1.837	358	2.289	282	-	13.935	
Receitas líquidas	9.321	-	863	3.765	1.996	-	16.610	
Patrimônio líquido	10.503	3.413	578	3.369	2.742	-	80.921	
Lucro líquido do exercício/período	7.918	1.128	18	1.120	283	-	(10.625)	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	9.665	-	-	-	3.000	57.112	-	69.777
Aquisição de participação	-	14	2	10	-	-	-	26
Incorporação Laboratório Regional, I e II	-	1.723	1.812	8	-	-	-	3.543
Incorporação São Lucas Lins	-	-	-	-	-	(18.849)	-	(18.849)
Resultado da equivalência patrimonial	7.970	548	-	8	258	1.110	-	9.894
Transferência do ágio para intangível	-	-	-	-	-	(38.722)	-	(38.722)
Dividendos recebidos	(5.900)	-	-	-	-	-	-	(5.900)
Outros	-	-	4	(4)	(1.011)	4	-	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.735	2.285	1.818	22	2.247	655	-	18.762
Integralização de capital (i)	-	-	-	-	-	-	81.046	81.046
Resultado de equivalência patrimonial	7.918	1.128	-	11	495	-	(10.625)	(1.073)
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	10.500	10.500
Dividendos recebidos	(9.150)	-	-	-	-	-	-	(9.150)
Transferência	-	-	-	-	655	(655)	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	10.503	3.413	1.818	33	3.397	-	80.921	100.085

- (i) Esta empresa foi constituída em 2020 com o objetivo de concentrar as atividades de atendimento hospitalar, ambulatorial, laboratorial e de diagnóstico em algumas regiões onde a operadora atua, como Ribeirão Preto (SP) e Araraquara (SP), baseada na estratégia de verticalização que é uma característica forte no modelo de negócio da Operadora. A integralização do capital foi parcialmente feita com ativos imobilizados e intangíveis da controladora, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 8 e 9.

12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Composição

	2020	2019
Provisão de Prêmios e Contraprestação Não Ganha - PPCNG (a)	30.683	27.499
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores (b)	30.523	22.816
Provisão para eventos a liquidar SUS (c)	59.722	54.332
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (d)	65.560	66.331
Provisão para remissão	1.485	1.365
Total	<u>187.973</u>	<u>172.343</u>
Circulante	168.813	152.833
Não circulante	19.160	19.510

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Empresa, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Empresa, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Empresa (médicos auditores).
- (c) A Empresa registra nessa conta eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 5 da ANS, de 30 de setembro de 2011, e alterações posteriores.
- (d) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à Empresa antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base em triângulos de run-off que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde estabelecidas pela RN ANS nº 393/15 e alterações ou complementações posteriores, descritas a seguir:

Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência: para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a operadora de planos de saúde deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela ANS. O patrimônio líquido ajustado é calculado como o patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Empresa determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora atingiu suficiência do referido indicador, apurado conforme requerimentos da norma acima mencionada.

	31/12/2020
Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)	463.708
Margem de Solvência exigida (MS)	<u>298.472</u>
Suficiência apurada	<u>165.236</u>

Ativos garantidores: de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 419/16 e alterações posteriores, as operadoras de planos de saúde e odontológicos devem possuir ativos garantidores suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço e deduzidas da PPCNG e da parcela dos eventos a liquidar referente às cobranças apresentadas pelos prestadores nos últimos 30 dias.

A Operadora atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentado na tabela comparativa a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos garantidores vinculados exigidos (i)	113.609	106.894
Ativos garantidores vinculados efetivos (veja a Nota 5 - c)	<u>128.147</u>	<u>126.610</u>
Cálculo de suficiência	<u>14.538</u>	<u>19.716</u>

- (i) Correspondente ao valor das provisões técnicas para as quais é exigida cobertura de ativos garantidores, nos termos da legislação vigente.

Movimentação das provisões técnicas

	PPCNG	SUS	Eventos a liquidar	PEONA	Provisão para remissão	Total
Saldos em 01/01/2019	5.155	27.133	41.734	44.152	2.392	120.566
Constituições	1.591.273	38.238	1.151.954	18.756	-	2.800.221
Reversões/apropriações	(1.568.929)	-	-	-	(1.296)	(1.570.225)
Pagamentos	-	(11.039)	(1.170.872)	-	-	(1.181.911)
Outros	-	-	-	3.423	269	3.692
Saldos em 31/12/2019	<u>27.499</u>	<u>54.332</u>	<u>22.816</u>	<u>66.331</u>	<u>1.365</u>	<u>172.343</u>
Constituições	1.777.802	17.478	1.061.589	-	120	2.856.989
Reversões/apropriações	(1.774.618)	-	-	(771)	-	(1.775.389)
Atualizações	-	1.295	-	-	-	1.295
Pagamentos	-	(13.383)	(1.053.882)	-	-	(1.067.265)
Saldos em 31/12/2020	<u>30.683</u>	<u>59.722</u>	<u>30.523</u>	<u>65.560</u>	<u>1.485</u>	<u>187.973</u>

Teste de adequação de passivos

A Operadora emite contratos assistência médica e odontológica nos quais assumem riscos de seguro, os quais incluem a frequência de utilização e flutuação dos custos.

A Operadora elaborou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

Os agrupamentos realizados no TAP, foram planos individuais, coletivos empresariais, coletivos por adesão e corresponsabilidade assumida. Os testes apresentaram resultados positivos, mostrando viabilidade das carteiras a longo prazo.

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	2020	2019
Imposto de renda e CSLL	12.059	24.442
ISS	2.929	2.447
INSS	5.502	6.661
FGTS	453	1.262
PIS e COFINS	7.876	8.192
Outros	303	411
Total	<u>29.122</u>	<u>43.415</u>
Circulante	27.020	40.558
Não circulante	2.102	2.857

14 Débitos diversos

	2020	2019
Fornecedores de bens e serviços	35.867	37.115
Aquisição de carteira de clientes	10.541	26.490
Obrigações com pessoal	33.597	39.428
Adiantamentos de clientes	6.967	9.010
Programa de incentivo de executivos (nota explicativa nº 15)	-	5.662
Multa de infração - ANS	1.082	1.656
Outros débitos	3.568	3.628
Total	<u>91.622</u>	<u>122.989</u>
Circulante	81.660	112.368
Não circulante	9.962	10.621

15 Programa de incentivo de executivos

A Operadora aprovou, em 5 de março de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração da holding do Grupo São Francisco que detinha o controle antes da transferência do controle para o Grupo Hapvida, um programa de incentivo de longo prazo, oferecido aos seus principais executivos. O referido programa tem por objetivo estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Operadora, além de obter um maior

alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como incentivar a permanência desses executivos na Operadora.

O referido programa previu a premiação em dinheiro dos seus beneficiários com base na valorização de “ações virtuais” (“phantom shares”) da Operadora, correspondendo apenas a um critério de referência. O programa não conferiu aos beneficiários a condição de acionista, bem como não outorgará aos beneficiários quaisquer direitos à aquisição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Operadora. Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo foi considerada como um passivo financeiro com a sua contrapartida no resultado do exercício.

A quantidade de ações virtuais destinadas a cada beneficiário foi determinada com base em um contrato de adesão ao programa de incentivo de longo prazo para com cada executivo datados de 7 de março de 2018. Existe prazo de carência, representando 20% do total das ações virtuais outorgadas a cada beneficiário a cada ano. No entanto, o encerramento do prazo de carência não implica, automaticamente, no direito de exercer as ações virtuais, estando sempre o direito de exercer condicionado a data do evento de liquidez (oferta pública inicial, transferência de controle ou desinvestimento).

Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo foi reconhecida integralmente em 2018 sem considerar o prazo de carência de 5 anos, considerando as estimativas e julgamentos necessários para a sua quantificação. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para incentivo de longo prazo era de R\$ 5.662 e foi apresentada no passivo circulante. A partir do exercício de 2020 o programa foi extinto, não constando portanto mais nenhum passivo registrado.

16 Provisões para ações judiciais

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Empresa provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	2020	2019
Provisões para ações tributárias	25.159	28.185
Provisões para ações cíveis	24.111	21.349
Provisões para ações trabalhistas	7.848	11.447
	<hr/>	<hr/>
Total	57.118	60.981
	<hr/>	<hr/>

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida em provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldos em 01 de janeiro de 2019	<u><u>15.502</u></u>
Adições e reversões líquidas	48.788
Baixas (a)	<u>(3.309)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>60.981</u></u>
Adições e reversões líquidas	(1.049)
Baixas (a)	<u>(2.814)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><u>57.118</u></u>

- (b) Podem representar pagamentos no exercício ou compensação de saldos anteriormente depositados em juízo, cujo desembolso pode ter ocorrido inclusive em exercícios anteriores.

Riscos com prognóstico de perda possível:

A Operadora discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

Segue apresentada, abaixo, a composição dos valores de risco e descrição dos principais temas oriundos de processos, judiciais e administrativos, classificados com prognóstico de perda possível, em que figura como parte a Operadora, concernente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Causas com prognóstico possível - Naturezas:	2020	2019
Tributárias	54.662	42.571
Cíveis	42.871	60.276
Trabalhistas	<u>14.423</u>	<u>12.262</u>
Total	<u><u>111.956</u></u>	<u><u>115.109</u></u>

Seguem descritos, abaixo, os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável e possível pela Operadora:

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			2020	2019	2020	2019
Cível	Carência contratual	Processos movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato.	950	1.266	1.983	618
	Exclusão legal e/ou contratual de cobertura	Processos movidos por beneficiários que buscam obter cobertura para serviços não abrangidos por lei e/ou contrato, podendo citar como exemplos: procedimentos estéticos, experimentais, não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com suas Diretrizes de Utilização - DUT, Home Care, inseminação artificial, atendimentos fora da área de abrangência geográfica etc. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos limites assistenciais impostos por lei e/ou contrato.	5.056	4.105	4.932	5.134
	Ações indenizatórias - atos médicos	Processos movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Operadora a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados.	6.854	8.563	29.847	49.247
	Dívidas com prestadores em geral	Processos movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Operadora com fundamentos diversos, podendo citar como exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais etc.	4.007	2.722	5.637	5.277
Trabalhista	Verbas trabalhistas e rescisórias	Processos trabalhistas movidos, de modo individual ou coletivo, por ex-empregados ou empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Operadora, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc.	2.923	4.670	2.869	2.031
	Reconhecimento de vínculo empregatício	Processos movidos, de modo individual, por prestadores de serviço, que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Operadora, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos etc.	3.210	5.673	10.289	10.321
Tributárias	Multas administrativas ANS / Ressarcimento ao SUS (aspectos regulatórios)	Processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, bem como valores relativos a ressarcimento ao SUS, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Operadora na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98.	6.446	6.888	17.723	16.922
	Tributos municipais	Processos administrativos e judiciais movidos por Secretarias da Fazenda Municipal, por meio dos quais se cobra o recolhimento do imposto sobre serviços supostamente devido pela Operadora, em decorrência de suas atividades operacionais	1.629	1.629	33.145	15.224

Tributos federais	Manifestação de Inconformidade apresentadas pela Operadora perante a Receita Federal, quanto a créditos tributários supostamente devidos em razão de DCOMPs não homologados, bem como, ainda, de outras exigências potenciais decorrentes de alegadas irregularidades ou ausência de recolhimento de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias.	16.548	16.472	-	10.425
-------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	--------	---	--------

Depósitos judiciais

A Empresa possui depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	2020	2019
Depósitos judiciais tributários (i)	16.659	8.000
Depósitos judiciais cíveis	4.214	2.408
Depósitos judiciais trabalhistas	669	816
Total	<u>21.542</u>	<u>11.224</u>

- (i) Em 2020 o montante de R\$ 11.651 (R\$ 3.531 em 2019) é relativo a depósitos judiciais efetuados sobre discussões de pagamento de Ressarcimento ao SUS, que estão reconhecidos na rubrica de Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

17 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Operadora é composto por 348.792 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$ 348.792 (343.792 cotas em 2019, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$ 343.792), totalmente subscrito e integralizado.

Durante o exercício, em reunião de sócios foi deliberada a integralização de 5.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma com crédito de adiantamento para futuro aumento de capital, o qual estava reconhecido em 31 de dezembro de 2019, totalizando um aumento de capital de R\$ 5.000.

b. Reserva de lucros

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização, conforme decisão dos cotistas. Em 31 de dezembro de 2020, a reserva de lucros foi constituída no montante de R\$ 214.747 referente ao lucro do exercício corrente (em 31 de dezembro de 2019 absorveu o prejuízo no montante de R\$ 19.012), totalizando o valor de R\$ 277.068 (R\$ 62.341 em 31 de dezembro de 2019) de reserva de lucro.

18 Contraprestações efetivas

	2020	2019
Contraprestações líquidas	1.774.618	1.568.929
Individual	560.210	458.155
Coletivo	1.214.408	1.170.774
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(120)	1.296
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	<u>(49.218)</u>	<u>(32.397)</u>
	<u>1.725.280</u>	<u>1.537.828</u>

19 Eventos indenizáveis líquidos

	2020	2019
Eventos conhecidos ou avisados	(1.185.136)	(1.287.309)
(-) Recuperação por coparticipação	123.547	135.355
Subtotal	<u>(1.061.589)</u>	<u>(1.151.954)</u>
Variação da PEONA	<u>771</u>	<u>(18.576)</u>
	<u>(1.060.818)</u>	<u>(1.170.710)</u>

20 Despesas administrativas

	2020	2019
Despesa com pessoal próprio	(141.846)	(132.905)
Despesa com serviços de terceiros	(76.071)	(73.116)
Despesa com localização e funcionamento	(57.147)	(43.894)
Despesa com publicidade e propaganda	(4.610)	(9.358)
Despesa com incentivo de executivos (vide nota explicativa nº 15)	-	(95.581)
Despesas judiciais	(8.511)	(52.602)
Despesas diversas	<u>(20.709)</u>	<u>(15.333)</u>
	<u>(308.894)</u>	<u>(422.789)</u>

21 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	10.882	9.759
Receita de juros por recebimento em atraso	6.921	6.160
Atualização monetária de créditos tributários	1.424	350
Outras	<u>1.132</u>	<u>1.620</u>
	<u>20.359</u>	<u>17.889</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(4.979)	(5.808)
Atualização monetária	(2.350)	(1.689)
Variação negativa de aplicações financeiras	(4.945)	-
Juros sobre empréstimos	(1.107)	(2.011)
Outros	<u>(1.043)</u>	<u>(1.514)</u>
	<u>(14.424)</u>	<u>(11.022)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>5.935</u>	<u>6.867</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

		31/12/2020		31/12/2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>319.335</u>		<u>(51.952)</u>
Alíquotas combinadas:				
IRPJ, acrescido do adicional de alíquota		25%		25%
CSLL		9%		9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social pela alíquota oficial	34,00%	108.574	-	-
Equivalência patrimonial	0,11%	365	53,99%	(28.048)
Outras adições e exclusões	-1,36%	<u>(4.331)</u>	9,42%	<u>(4.892)</u>
	32,76%	104.608	63,40%	(32.940)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26,47%	84.527	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	6,29%	<u>20.081</u>	63,40%	<u>(32.940)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	32,76%	104.608	63,40%	(32.940)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01/01/2019	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2019	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2020
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14.875	45.479	60.354	3.863	56.491
Provisão para perdas sobre créditos	5.383	8.768	14.151	9.849	24.000
Provisão para programa de incentivo de executivos	17.660	(11.998)	5.662	(5.662)	-
Provisão obsolescência dos estoques	298	-	298	-	298
Prejuízo Fiscal	-	61.933	61.933	(61.933)	-
Outras Provisões	<u>5.779</u>	<u>(5.779)</u>	-	691	691
Subtotal	43.995	98.403	142.938	(60.918)	81.480
Ativo Fiscal Diferido (34%)	15.475	32.940	48.415	20.712	27.703
Passivo Fiscal Diferido (mais valia de combinações de negócios)	-	-	(8.904)	631	(8.273)
Total	15.475	32.940	39.511	(20.081)	21.503

Baseado no histórico dos resultados dos últimos exercícios, exceto 2019 que foi afetado pelo programa de incentivo descrito na nota explicativa nº 15, a Operadora possui plena capacidade de gerar resultados tributáveis passíveis de utilização para realizar os créditos fiscais diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2020. Considerando o cenário de normalidade na geração de resultados da Operadora, o montante de R\$ 21.503 seria integralmente realizável no exercício seguinte, ou seja, em 2021.

23 Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Operadora não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

As aplicações financeiras da Operadora estão detalhadas na Nota Explicativa nº 6 e são majoritariamente mantidos para negociação, sendo classificadas de acordo com o nível 2 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

Os instrumentos financeiros da Operadora são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A tabela abaixo não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

2020								
	Valor contábil				Valor justo			
	Mantido até o vencimento	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	87.820	294.876	-	382.696	-	294.876	-	294.876
Contraprestações pecuniárias a receber	-	-	82.100	82.100	-	-	-	-
Total	87.820	294.876	82.100	464.796	-	294.876	-	294.876

2019								
	Valor contábil				Valor justo			
	Mantido até o vencimento	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	45.212	172.071	-	217.283	-	172.071	-	172.071
Contraprestações pecuniárias a receber	-	-	67.301	67.301	-	-	-	-
Total	45.212	172.071	67.301	284.584	-	172.071	-	172.071

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Operadora não possui transações e saldos ativos ou passivos decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

(c) Mensuração do valor justo*Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis*

Na nota explicativa nº 2 apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

(b) Gerenciamento de risco*Riscos de mercado*

A Operadora possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) investir a integralidade dos investimentos no segmento de renda fixa e de baixo risco; (ii) investir a maioria dos recursos em ativos de liquidez imediata e uma menor parte com carência de até 90 dias, montante embasado pelas expectativas de uso dos recursos com crescimento orgânico e aquisições; (iii) investir em instrumentos financeiros com desempenho bruto estimado de 99,5% do CDI; (iv) investir em aplicações em instituições de primeira linha com limite individual de 35%, e até 10% em instituições financeiras de primeira linha, com limite individual de 35% e até 10% em instituições de segunda linha, com limite individual de 5%; (v) atender integralmente às normativas da ANS; e (vi) realizar a manutenção da maior parte dos investimentos até o vencimento.

Periodicamente, a área Financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora possui a seguinte sensibilidade de seus ativos e passivos financeiros com base na variação da taxa básica de juros da economia (CDI), cujos impactos estão projetados nos cenários abaixo. A Operadora considera o CDI divulgado em 31 de dezembro de 2020 (1,90%) como cenário provável.

	Saldo		Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2020	Risco	-50%	-25%	Provável	+25%	+50%
Aplicações financeiras							
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	128.147	100% CDI	1.217	1.826	2.435	3.043	3.652
Saldo de aplicações financeiras (livres)	254.549	100% CDI	2.418	3.627	4.836	6.046	7.255

Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24h que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria a Operadora. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

Risco de subscrição

Política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Planos odontológicos são menos sensíveis devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Operadora desenvolve um novo produto, ela analisa diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a localização de venda, o perfil de frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos, e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Operadora determina o preço de seus produtos.

Cada Operadora de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade anualmente calculada quando está negociando os reajustes de preço (clientes individuais são regulados pela ANS).

Com base nos resultados históricos de cada cliente, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, o aumento de preço desse contrato é determinado. Essa prática mitiga o risco de o cliente trazer perdas constantes para a Operadora.

Em relação aos clientes individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Análise de sensibilidade

Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos ou inadequação de preços.

As análises de sensibilidade a seguir, simulam os possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido, de alterações em parâmetros operacionais antes e depois da contratação:

	Efeito no resultado antes dos impostos	Efeito no resultado após impostos e impacto no PL
Aumento de 5% nos eventos indenizáveis	(53.041)	(35.007)
Aumento de 5% nas despesas comerciais e administrativas	(16.766)	(11.065)
Redução de 5% nos eventos indenizáveis	53.041	35.007
Redução de 5% nas despesas comerciais e administrativas	16.766	11.065

Apuração das provisões técnicas e ativos garantidores

A apuração das provisões técnicas é realizada periodicamente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Contabilidade na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre de acordo com os critérios previstos no art. 2º da RN ANS nº 392, para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Operadora avalia anualmente, a partir da vigência da norma, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Operadora incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Contas a receber

Risco de crédito para a Operadora é considerado como baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte das contas a receber da Operadora é relacionada ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Operadora adota a prática do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Operadora estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Operadora avalie não ser possível recuperar o montante devido.

De uma forma geral, a Operadora mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Operadora cancela os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

Em relação aos riscos de crédito relacionados às aplicações financeiras, segue quadro com informação quantitativa da exposição máxima ao risco com as informações sobre os *ratings* das instituições financeiras contrapartes das aplicações da Empresa:

	31/12/2020	31/12/2019	Ratings das instituições financeiras					
			Fitch1		Moody's 1		S&P 2	
			CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Santander S.A.	209.079	159.784	N/A	N/A	Br-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Caixa Econômica Federal	173	172	F1+	AA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAAA
Banco Bradesco S.A.	12.805	5.001	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco do Brasil S.A.	8.456	-	F1+	AA	BR-1	Aa1.br	N/A	N/A
Banco Itaú Unibanco S.A.	102.767	3.696	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Safra S.A.	270	501	N/A	N/A	BR-1	Aa1br	brA-1+	brAAA
Outros	48.052	48.106						
	381.602	217.260						

1. Última divulgação de cada instituição financeira. Escala Nacional.
2. *Ratings* de várias entidades financeiras brasileiras revisados após ação nos *ratings* soberanos; publicado em 21 de janeiro de 2021.

Disponível

A Operadora detinha disponível de R\$ 1.970 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.321 em 31 de dezembro de 2019). O disponível é mantido em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Operadora encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Operadora na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Operadora.

A Operadora utiliza o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Operadora busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em

excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outras contas a pagar com fornecedores). A Operadora monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Operadora residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus produtos. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Operadora, em que são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Empresa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	31/12/2020			
	Fluxo de caixa contratual			
	Valor contábil	2021	2022	Total
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(187.973)	(168.813)	(19.160)	(187.937)
Débitos de operações de assistência à saúde	(2.017)	(2.017)	-	(2.017)
Débitos diversos	(91.622)	(81.660)	(9.962)	(91.622)
Total	(281.612)	(252.490)	(29.122)	(281.612)

24 Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	214.727	(19.012)
Depreciação e amortização	41.843	30.876
Provisão para perda sobre créditos	23.938	18.961
Provisão para ações judiciais	(1.049)	48.788
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(771)	18.756
Equivalência patrimonial	1.073	(26.391)
Imposto de renda e contribuição social	84.257	-
Impostos diferidos	20.081	(32.940)
	<u>169.642</u>	<u>58.050</u>
Varição de ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(165.413)	(56.338)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(38.737)	(32.458)
Créditos de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	12.289	(6.214)
Créditos tributários e previdenciários	(5.620)	(20.827)
Bens e títulos a receber	(6.519)	(13.666)
Despesas antecipadas	181	(379)
Depósitos judiciais e fiscais	(10.318)	(4.679)
Outros créditos a receber a longo prazo	(1)	(38)
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	16.401	33.021
Débitos de operações de assistência a saúde	(3.061)	1.581
Débitos de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(2.216)	1.299
Tributos e encargos sociais a recolher	(23.698)	26.458
Imposto de renda e contribuição social pagos	(75.122)	-
Débitos diversos	(31.367)	10.109
Provisão para ações judiciais	(2.814)	(48.788)
	<u>(336.015)</u>	<u>(110.919)</u>
Total	<u><u>48.354</u></u>	<u><u>(71.881)</u></u>

25 Cobertura de seguros

A Operadora realiza as contratações de seguros a nível de grupo econômico, que contém sua controladora, suas coligadas e controladas. Até dezembro de 2020, o Grupo renovou os seguros para cobrir riscos declarados no montante prêmio de seguro de R\$ 4.814 com importância segurada no valor de R\$ 1.388.875 que engloba garantias, construção, fornecimento ou prestação de serviço, seguros judiciais (trabalhistas, civis e fiscal), seguro fiança locatícia, seguro predial e frotas.

O Grupo contratou seguro de responsabilidade civil para administradores e diretores com vigência de julho de 2020 a junho de 2021 e limite máximo de garantia de R\$ 50.000. A cobertura compreende danos morais, bens e garantias pessoais, custos emergenciais, entre outros.

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

* * *

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Diretor-presidente

Rodrigo Nogueira Silva
Contador CRC CE-023516/O-3

Rafael Sobral Melo
Atuário MIBA 1.572